



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 8. n. 2, jul./dez. 2016

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=contabil>

[http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente)

[06/index.php/Ambiente](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente)

Artigo recebido em: 22.01.2015. Revisado por pares em: 16.11.2015. Reformulado em: 17.03.2016. Avaliado pelo sistema double blind review.

GRAU DE INTANGIBILIDADE FRENTE À CONVERGÊNCIA ÀS IFRS EM EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

INTANGIBILITY LEVEL FRONT OF CONVERGENCE TO IFRS IN LISTED COMPANIES IN BM & FBOVESPA

NIVEL INTANGIBILIDAD FRENTE DE CONVERGENCIA PARA NIIF EN COMPAÑÍAS REGISTRADAS EN LA BM & FBOVESPA

Autores

Fernando Maciel Ramos

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Mestre em Ciências Contábeis. Universidade do Contestado. Endereço:

Rua Victor Sopelsa, n. 3000, Bairro Salete, CEP 89700-000, Concórdia/SC – Brasil.

Telefone: (49) 3441-1073 / 9940-7064

E-mail: framos@unc.br

Evandro De Nez

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Ciências Contábeis. Centro de Ensino Superior de Realeza.

Endereço: Rua Mauá, n. 2761, Sala 03, CEP 85.770-000, Realeza/PR. Brasil. Telefone: (46) 9923-5995.

E-mail: evandronez@hotmail.com

Sheila Jeane Schulz

Mestre em Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Endereço: Rua Antônio da Veiga, n. 140, Bairro Victor Konder, CEP 89012-900, Blumenau/SC – Brasil. Telefone: (47) 8481-3444.

E-mail: sheila.jeane@hotmail.com

Roberto Carlos Klann

Doutor em Administração e Ciências Contábeis (FURB) – Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – Endereço: Rua Antônio da Veiga, n. 140, Bairro Victor Konder, CEP 89012-900, Blumenau/SC – Brasil. Telefone: (47) 3321-0565

E-mail: rklann@furb.br

RESUMO

O objetivo desse estudo é verificar o impacto do processo de convergência às IFRS no grau de intangibilidade de empresas listadas na BM&FBOVESPA. O universo da pesquisa é

composto pelas companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa. A amostra final compreendeu 904 observações no período de 2006 a 2012. Foi testada, por meio de Regressão de Dados em Painel, a relação entre o grau de intangibilidade das empresas e as variáveis total do ativo e patrimônio líquido, ROA, ROE, preço das ações e ativo intangível, além de duas *dummies* para capturar os efeitos dos períodos pré e pós-*IFRS*. Os resultados apontam uma influência negativa da adoção das *IFRS* sobre o grau de intangibilidade (GI) das entidades analisadas, embora não significativa. A redução no GI indica que o patrimônio líquido contábil está mais próximo do valor de mercado das empresas analisadas após a adoção das *IFRS*. Conclui-se, assim, que há indícios de uma tendência de melhoria da qualidade da informação contábil com o processo de convergência às *IFRS*.

Palavras-chave: Grau de intangibilidade. Ativo Intangível. Convergência as Normas Internacionais.

ABSTRACT

The objective of this study is to assess the impact of the IFRS convergence process in the degree of intangibility of companies listed on BM&FBOVESPA. The research universe is composed by Brazilian companies listed on the BM&FBovespa. The final sample included 904 observations from 2006 to 2012. Was tested by means of Panel Data Regression, the relationship between the degree of intangibility of the companies and the variables total assets and net assets, ROA, ROE, stock price and intangible assets, plus two dummies to capture the effects of periods pre- and post- IFRS. The results show a negative influence of the adoption of IFRS on the degree of intangibility (GI) of the analyzed entities, although not significant. The reduction in GI indicates that the net book value is closer to the market value of firms analyzed after the adoption of IFRS. It follows, therefore, that there is evidence of a quality improvement trend of accounting information with the process of convergence to IFRS.

Keywords: Intangibility Degree. Intangible Assets. Convergence with International Accounting Standards.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es evaluar el impacto del proceso de convergencia IFRS en el grado de intangibilidad de las empresas que cotizan en la BM&FBOVESPA. El universo de la investigación está compuesto por empresas brasileñas que cotizan en el mercado BM&FBovespa. La muestra final fue de 904 observaciones 2006-2012. Se puso a prueba por medio de Panel de Datos de Regresión, la relación entre el grado de intangibilidad de las empresas y las variables activos totales y activos netos, ROA, ROE, precio de las acciones y activos intangibles, además de dos maniqués para capturar los efectos de períodos antes y después de las *IFRS*. Los resultados muestran una influencia negativa de la adopción de las *IFRS* en el grado de intangibilidad (IG) de las entidades analizadas, aunque no significativa. La reducción de la GI indica que el valor neto en libros se aproxima más al valor de mercado de las empresas analizadas después de la adopción de las *IFRS*. De ello se desprende, por tanto, que no hay pruebas de una tendencia de mejora de calidad de la información contable con el proceso de convergencia con las *IFRS*.

Palabras clave: Grado Intangibilidad. Activos Intangibles. La Convergencia con las Normas Internacionales de Contabilidad.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos se observa um grande crescimento das relações comerciais e financeiras entre as empresas de diversos países, despertando a necessidade de uma

linguagem contábil única, para que estas informações possam ser utilizadas em diferentes nações, sem distinção de procedimentos e interpretações, equiparando o seu tratamento e entendimento para todos os territórios (CANIBANO; MORA, 2010). Esta nova condição de desenvolvimento econômico e relações comerciais e a utilização da contabilidade como mecanismo de informação podem ser considerados dois agentes motivadores da harmonização contábil internacional (CANIBANO; MORA, 2010).

Para Kam (1990), um dos objetivos da contabilidade é fornecer informações aos seus usuários. A evolução social, econômica e o surgimento de novas tecnologias têm alterado as informações desejadas pelos usuários. Os registros contábeis devem seguir este movimento, caso contrário, os investidores procurarão novas fontes de informação.

Em consonância a esta necessidade de harmonização e padronização da contabilidade, o *International Accounting Standards Board* (IASB), organização internacional que visa normatizar e regular as normas internacionais de contabilidade, passou a publicar uma série de conjuntos de normas contábeis que podem ser adotadas pelas empresas, com o nome de *International Financial Reporting Standards* (IFRS), constituindo assim, um processo de convergência das normas de contabilidade em âmbito internacional.

Autores como Lemes e Silva (2007), Niyama (2009) e Rodrigues, Schmidt e Santos (2012) argumentam acerca dos objetivos da adoção das IFRS: (i) melhorar a qualidade das informações; (ii) otimizar a compreensibilidade das demonstrações no cenário internacional; (iii) potencializar o fluxo de capitais no mercado internacional; e (iv) evitar discrepâncias e anomalias nos resultados devido a padrões diferenciados de contabilidade.

A partir desta harmonização contábil, diversos aspectos nas normas contábeis de cada país precisaram ser revistos, no Brasil não foi diferente. A partir do advento da Lei nº 11.638/2007 e 11.940/2009, as empresas brasileiras tiveram que se adequar ao novo padrão contábil, passando a adotar normas contábeis convergentes com as normas contábeis internacionais.

Dentre as alterações ocorridas em virtude da convergência às IFRS no cenário brasileiro, está o registro dos ativos intangíveis das entidades em seus relatórios financeiros. Para Lev e Zarowin (1999), a falta de registro de ativos intangíveis nas demonstrações financeiras é responsável, parcialmente, pela perda de relevância dos números contábeis na avaliação e projeções do preço das ações das empresas.

O registro do ativo intangível pelas entidades em suas demonstrações permite que elas registrem o valor de suas marcas, licença de uso de software, propriedade intelectual, entre outros. No Brasil, o reconhecimento do ativo intangível é norteado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do Pronunciamento Técnico CPC 04 (2010), no qual é definido como um ativo não monetário, mensurável e sem substância física.

Neste contexto, esta pesquisa procura responder a seguinte questão: **qual o impacto do processo de convergência às IFRS no grau de intangibilidade de empresas listadas na BM&FBOVESPA?** Assim, o objetivo do estudo é verificar o impacto do processo de convergência às IFRS no grau de intangibilidade de empresas listadas na BM&FBOVESPA.

O registro dos ativos intangíveis já é discutido na literatura sobre diversos aspectos, como sua influência sobre o desempenho e na rentabilidade do patrimônio líquido, seu impacto no valor de mercado das empresas (LEV; ZAROWIN, 1999; PEREZ; FAMÁ, 2004; CASTRO; BENETTI, 2013), bem como a adoção das IFRS (WINES, DAGWELL, WINDSOR, 2007; CRISÓSTOMO, 2009; AMSTRONG et al. 2010).

A relevância desta pesquisa consiste principalmente na sua contribuição para os estudos acerca da contabilidade internacional, auxiliando na discussão sobre os impactos decorrentes da adoção das normas contábeis internacionais, visando preencher uma lacuna de pesquisa relativa à relação entre a adoção das IFRS e o comportamento do grau de intangibilidade das empresas, dado a divulgação de informação contábil. Difere-se dos outros

estudos por investigar o grau de intangibilidade das empresas listadas na BM&FBovespa com a adoção das práticas das IFRS, analisando os dados anteriores e posteriores à convergência, ou seja, entre os anos de 2006 a 2012. Os resultados deste estudo podem contribuir para o debate sobre as alterações implantadas pela convergência às IFRS no registro dos ativos intangíveis por empresas brasileiras, além da aproximação do valor patrimonial contábil ao valor de mercado das companhias.

Este estudo está estruturado em cinco seções, após esta de caráter introdutório, a seção dois trata do arcabouço teórico que dá subsídio para a realização da pesquisa, bem como, busca apresentar um panorama sobre as pesquisas relacionados às temáticas em estudo, a terceira seção apresenta o percurso metodológico percorrido, a quarta seção os resultados obtidos em conjunto com a análise e discussão dos mesmos, e por fim, na quinta seção as considerações finais e principais conclusões obtidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Abordam-se neste capítulo os conceitos sobre Ativo Intangível e também algumas considerações acerca da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Além disso, apresentam-se estudos relacionados com a pesquisa, para que se possa obter um panorama dos estudos voltados ao tema no ambiente acadêmico nacional e internacional.

2.1 ATIVO INTANGÍVEL

Para Iudícibus *et al.* (2010), ativo intangível abrange “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 387-389) afirmam que ativos intangíveis são ativos que carecem de substância. Os autores explicam que “A palavra intangível vem do latim *tangere*, ou “tocar”. Os bens intangíveis, portanto, são bens que não podem ser tocados, porque não têm corpo. Mais formalmente, diz-se que os ativos intangíveis são incorpóreos”.

O *Financial Accounting Standards Board* – FASB (2013), por meio de sua resolução SFAS 142 (*Statement of financial accounting standards*), que trata sobre *goodwill* e outros ativos intangíveis, conceitua ativo intangível como ativos aos quais falta substância física, e não se inclui nessa classificação ativos financeiros ou o *goodwill*.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em seu Pronunciamento Técnico CPC 04, o Ativo Intangível é identificável (para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura), controlado pela empresa e gerador de benefícios econômicos futuros. Segundo o CPC 04, se verificadas tais características, podem ser exemplos de Ativo Intangível: *softwares*, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

Já o Grau de Intangibilidade é a diferença entre o valor de mercado da empresa (baseado nas suas respectivas cotações das ações, conhecido como *market value*) e o seu valor patrimonial contábil, conhecido como *book value* (NASCIMENTO *et al.*, 2012).

Sriram (2008) aborda a importância, tanto do estudo quanto do reconhecimento do ativo intangível, afirmando que geralmente as empresas possuem mais ativos intelectuais (como recursos humanos, bases de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e patentes) do que ativos tradicionais (como plantas fabris, maquinários e equipamentos).

Com as normas vigentes, tende-se a evidenciar somente os ativos intangíveis que preenchem os critérios de reconhecimento, chamados de itens identificáveis. Porém, o fato de

pesquisas e literaturas contábeis estudarem inclusive os itens não identificáveis, justifica sua utilização com base no conceito e definição trazida pela teoria contábil (NASCIMENTO JÚNIOR *et al.*, 2012).

Segundo Nascimento *et al.* (2012), as empresas com alto grau de intangibilidade possuem uma preocupação peculiar. Os autores afirmam que só é possível o reconhecimento do ativo intangível caso existam evidências que permitam que eles sejam mensurados, registrados e evidenciados. Porém, ainda que não preencham os requisitos necessários para serem reconhecidos, por vezes o mercado considera a existência de possíveis ativos intangíveis não reconhecidos no balanço para influenciar o *market value*. De acordo com esses autores, essa situação pode gerar bolhas econômicas, gerando crises econômicas mundiais, como visto no setor imobiliário dos Estados Unidos.

Logo, como ativos estratégicos para a empresa, a contabilidade deve fornecer evidenciação dos ativos intangíveis, mesmo que para isso seja necessária uma readequação dos seus princípios, convenções, normas e práticas, para que prevaleça a essência sobre a forma (PEREZ; FAMÁ, 2004).

Uma das principais mudanças decorrentes da adoção das IFRS está relacionada ao registro dos ativos intangíveis. Alguns autores sustentam que a sua contabilização possui influência sobre os preços de ações (LEV; ZAROWIN, 1999; CASTRO; BENETTI, 2013), impactando o valor de mercado das empresas e, conseqüentemente, elevando o seu grau de intangibilidade.

2.1 ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E A INTANGIBILIDADE DAS EMPRESAS

Para Antunes *et al.* (2012), o movimento de adoção das normas internacionais no Brasil pode ser explicado por alguns aspectos, sendo eles: (i) redução das taxas inflacionárias; (ii) expansão do mercado de capitais; (iii) aumento da importância da informação contábil como subsídio para a tomada de decisões; (iv) harmonização das práticas contábeis brasileiras às internacionais para fomentar a entrada de investimentos estrangeiros no país.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), a adoção das IFRS potencializa a utilização das informações contábeis pelos *stakeholders*, destacando como um dos principais, os investidores. Neste contexto, a adoção das normas internacionais de contabilidade proporciona maior transparência e melhor qualidade da informação contábil.

Algumas pesquisas já vêm sendo realizadas para identificar os benefícios para o mercado de capitais diante da adoção da IFRS, como os estudos de Daske e Gebhardt (2006); Daske (2006); Barth *et al.* (2008) e Daske *et al.* (2008), que identificaram que a adoção obrigatória das referidas normas contábeis elevou a liquidez e aumentou o valor de mercado das empresas.

Armstrong *et al.* (2010) analisaram os efeitos no preço das ações antes e após a divulgação dos organismos contábeis em relação à obrigatoriedade de adoção das IFRS. Eles observaram a percepção dos investidores quanto aos efeitos da adoção das IFRS, se esta resultaria em maior qualidade das demonstrações contábeis. Os resultados deste estudo demonstraram que o mercado teve uma reação positiva aos eventos que confirmavam a adoção das IFRS (ARMSTRONG *et al.*, 2010).

A IFRS 3 dispõe sobre a mensuração do valor justo em substituição ao custo histórico em combinação de negócios. Para Hamberg, Paananen e Novak (2010), a aplicação do valor justo para valores de *goodwill* tornou-se maior se comparado a outros ativos intangíveis. Isso se deve ao fato de não ser necessária a amortização sistemática destes valores, conservando-se assim valores elevados. Assim, resultando em maior lucro para as empresas e reação favorável do mercado.

Sahut, Boulerne e Teulon (2010) investigaram a relevância das informações contábeis demonstradas pelo ágio e demais ativos intangíveis, consoante com os padrões internacionais no período de sua adoção. Identificaram que várias empresas na adoção da norma reclassificaram e reavaliaram seus ativos intangíveis como *goodwill*. Deve-se ao fato que os ativos intangíveis não estavam de acordo com a definição fornecida pela IAS 38. Os resultados demonstraram a associação entre o valor de mercado das empresas e o valor contábil do *goodwill* e outros ativos intangíveis, identificando assim a influência da norma na mensuração contábil destes valores.

Em estudo semelhante realizado em empresas brasileiras, Carlos Filho *et al.* (2013) identificaram um maior reconhecimento das empresas aos ativos intangíveis, diferentemente do *goodwill*, onde identificaram um menor reconhecimento. Entre o valor das ações e o valor dos ativos intangíveis foi percebida uma relação positiva, porém, não foi identificado impacto na influência da divulgação dos ativos intangíveis e o valor das ações.

No Brasil, dentre as diversas normatizações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, uma delas foi direcionada especificamente ao tratamento contábil dado aos Ativos Intangíveis, o Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente da convergência desse grupo de ativos às normas internacionais de contabilidade. O CPC 04 foi adotado pela CVM (Deliberação nº 664/10), pelo CFC (NBC TG 04 – Resolução nº 1.303/10), ANS (Instrução normativa nº 37/09) e pela SUSEP (Circular nº 424/11).

Mais um ponto a ser destacado é a adoção do valor justo no lugar do custo histórico. Esta alteração de mensuração provoca mudanças nos valores de várias contas patrimoniais e de resultado, inclusive ativos intangíveis. Isso altera o resultado, impactando diretamente o patrimônio líquido das empresas (HUNG; SUBRAMANYAM, 2007).

Para Sayed e Salotti (2015) o uso do valor justo nas empresas para avaliação de suas contas, como o ativo intangível, não impacta significativamente o valor do seu patrimônio líquido, mesmo aproximando o valor contábil do valor patrimonial. Por isso a contabilidade ou não dos instrumentos financeiros com base no valor justo, reflete de forma muito discreta seu valor patrimonial.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES RELACIONADOS AOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Encontram-se na literatura diversos estudos relacionados aos ativos intangíveis, ao grau de intangibilidade e sua relação com o desempenho empresarial. Alguns destes estudos e seus respectivos resultados encontram-se descritos nesta seção.

Segundo estudo de Perez e Famá (2004), realizado nas empresas não financeiras com ações na *New York Stock Exchange* (NYSE) e na *National Association Securities Dealers Automated Quotation* (NASDAQ), no período de 1997 a 2002, as empresas que possuem maior grau de intangibilidade possuem melhor desempenho empresarial. Concluem assim que os ativos intangíveis são importantes para o desempenho da empresa. Representam fontes de recursos econômicos relevantes e sua correta utilização serve como vantagem competitiva para as organizações.

Chen, Cheng e Hwang (2005) procuraram investigar empiricamente a relação entre o desempenho econômico e aspectos do ativo intangível, e os resultados encontrados pela pesquisa suportam a hipótese de que aspectos caracterizados como ativo intangível (como o capital intelectual) influenciam positivamente no desempenho econômico das empresas.

Sriram (2008) tratou da importância dos ativos intangíveis para a saúde das empresas. Avaliou a composição dos ativos em relação à saúde financeira de dois grupos de empresas: 268 empresas de tecnologia com ativos intangíveis significativos; e outro com 646 empresas tradicionais, com menor significância de ativos intangíveis, no período de 1999 a 2003. Seus

resultados apontam que, no caso das empresas com ativos intangíveis significativos, deve-se observar a melhor forma de avaliação destes ativos, pois se não forem estimados de forma adequada, os valores dos ativos demonstrados não serão verdadeiros e acurados, o que pode acarretar impacto positivo ou negativo nos indicadores de saúde financeira das empresas.

Zéghal e Maaloul (2010) estudaram o ativo intangível na perspectiva de capital intelectual. Analisaram o papel do valor adicionado como um indicador deste capital e o seu impacto no desempenho econômico-financeiro em 300 empresas industriais, divididas em três setores, de alta tecnologia, indústria tradicional e serviços do Reino Unido. Em seus achados demonstram que o capital intelectual tem impacto positivo sobre o desempenho econômico-financeiro apenas nas indústrias de alta tecnologia.

Ramos e Lustosa (2013) realizaram estudo objetivando averiguar se a adoção as normas internacionais de contabilidade no Brasil tornaram as demonstrações financeiras mais relevantes para o mercado de capitais. Foram utilizados dados de 579 empresas entre os anos de 2004 e 2012. Os resultados indicaram um aumento na relevância da informação contábil e no valor da empresa após a adoção das normas internacionais.

Cerqueira *et al.* (2013) objetivaram analisar a relação entre o preço e o retorno das ações das empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. Analisaram os dados de 182 empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 e 2011 sob a perspectiva da adoção inicial do custo atribuído e a divulgação de *impairment* dos ativos tangíveis e intangíveis e o impacto na expectativa dos acionistas. Concluíram que em todas as perspectivas analisadas, não houve significância no preço e retorno das ações. Isso indica que apesar da adoção das normas internacionais pelas empresas, os investidores não perceberam as mudanças propostas.

Em estudo de Alves e Martinez (2014), foi verificado o efeito da adesão às IFRS nas 1.000 maiores empresas em vendas, segundo a Revista Exame Maiores e Melhores sobre o conservadorismo contábil. Utilizando dados de 2005 a 2010, indicaram em seus resultados que não encontraram indicações de variação no nível de conservadorismo contábil existente antes e depois da adoção das IFRS.

Gonçalves, Rodrigues e Macedo (2014) realizaram estudo em 24 empresas do setor de energia elétrica, nos anos de 2009 e 2010, objetivando analisar a capacidade de explicação da adoção das IFRS e BRGAAP, exclusivamente no Lucro Líquido por Ação (LLPA) e no Patrimônio Líquido por Ação (PLPA). Utilizando regressão múltipla, apontam que as variáveis em estudo apresentaram maior capacidade conjunta de explicação com a adoção das normas do IFRS. Indicaram também que a variável LLPA, individualmente, teve maior explicação com a adoção das IFRS, diferentemente da variável PLPA, que individualmente teve redução na capacidade de explicação com a adesão as IFRS. Concluíram que o preço das ações passou a ser mais bem explicada com a adoção da IFRS.

Assim, alinhadas as pesquisas anteriores, elaboram-se duas hipóteses de pesquisa:

H₁: *A convergência as normas internacionais está relacionada positivamente com o grau de intangibilidade das empresas.*

Está hipótese considera que a adoção das IFRS aumenta a qualidade da informação contábil e, por sua vez, haverá valorização das ações das empresas.

H₂: *A convergência as normas internacionais está relacionada negativamente com o grau de intangibilidade das empresas.*

Neste caso, considera-se que após a adoção das IFRS haveria um aumento no Patrimônio Líquido contábil. Isso em função da adoção de valor justo para alguns ativos, reconhecimento de ativos que antes não eram reconhecidos, melhor ajuste de taxa de depreciação para ativos imobilizados, a qual geraria um aumento do Patrimônio Líquido contábil e em consequência a redução do grau de intangibilidade.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois visa investigar a relação entre variáveis. Em relação ao procedimento de coleta de dados, pode-se caracterizá-la como documental, pois os dados necessários para cálculo das variáveis foram coletados por meio da base de dados da Economática®. A análise dos dados foi de cunho quantitativo, pois foram empregados métodos estatísticos, tanto na coleta, quanto na análise dos dados, na intenção de garantir a maior precisão possível dos resultados e evitar distorções na sua análise. A abordagem quantitativa é aplicada aos estudos exploratórios, que procuram descobrir e classificar a relação entre as variáveis e a relação entre os fenômenos.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Esta pesquisa possui um universo composto por 452 companhias listadas na BM&FBovespa. Para definição da amostra foram utilizados alguns critérios: (i) possuir registro no ativo intangível nos três anos pós-adoção das IFRS, e; (ii) possuir as informações e variáveis necessárias para a realização desta pesquisa disponível. Seis observações foram excluídas como *outliers*, com valores superiores a 3 desvios-padrão. Assim, a amostra final desta pesquisa é composta por 127 empresas em 2006, 135 em 2007 e 2008, 136 em 2009, 123 em 2010 e 124 em 2011 e 2012, totalizando 904 observações, com painel não balanceado.

O período analisado foi de sete anos, separado em três períodos diferentes, com o objetivo de abordar as diversas fases de transição relacionadas à adoção das normas contábeis internacionais no Brasil, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Período analisado



Fonte: dados da pesquisa.

A definição do corte temporal da pesquisa se deu em virtude da caracterização do grau de intangibilidade anterior e posterior ao período da adoção das normas internacionais de contabilidade pelas organizações brasileiras. Na sequência, apresenta-se o percurso metodológico dado para o processo de coleta e análise dos dados.

3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para realização da pesquisa, foi necessário coletar dados referentes ao Grau de Intangibilidade e de outras variáveis que impactam no Grau de Intangibilidade das companhias listadas na BM&FBovespa, para o período de 2007 a 2012. Estes dados foram coletados por meio da base de dados da Economática®, como já comentado anteriormente. As variáveis utilizadas encontram-se demonstradas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas no estudo

Variável	Dependente ou Independente	Descrição	Autor base
Grau de Intangibilidade (GI)	Dependente	Valor de Mercado da empresa dividido por seu Patrimônio Líquido contábil.	Nascimento <i>et al.</i> (2012)
Total do Ativo (AT)	Independente	Logaritmo natural do valor total dos Ativos da empresa.	Nascimento <i>et al.</i> (2012)
Patrimônio Líquido (PL)	Independente	Logaritmo natural do valor total do Patrimônio Líquido da empresa.	Nascimento <i>et al.</i> (2012)
Retorno sobre o Ativo (ROA)	Independente	Retorno sobre os Ativos	Nascimento <i>et al.</i> (2012)
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Independente	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Antunes e Martins (2007); Nascimento <i>et al.</i> (2012)
Preço das Ações (PA)	Independente	Logaritmo natural do preço das ações da empresa.	Amstrong <i>et al.</i> (2010)
Ativo intangível (AI)	Independente	Logaritmo natural do valor total do Ativo Intangível da empresa.	Perez; Famá (2006)
Período Pré obrigatoriedade do IFRS (PREIFRS)	Independente	Variável dummy, considera 1 caso seja o período anterior à obrigatoriedade da adoção do IFRS, e 0 caso contrário.	Elaboração própria.
Período Intermediário à obrigatoriedade do IFRS (INTIFRS)	Independente	Variável dummy, considera 1 caso seja o período intermediário à obrigatoriedade da adoção do IFRS, e 0 caso contrário.	Elaboração própria.
Período Posterior à obrigatoriedade do IFRS (POSIFRS)	Independente	Variável dummy, considera 1 caso seja o período posterior à obrigatoriedade da adoção do IFRS, e 0 caso contrário.	Elaboração própria.

Fonte: dados da pesquisa.

Uma vez coletados os dados, calculou-se o Grau de Intangibilidade (GI), variável dependente do estudo, por meio do Microsoft Office Excel 2013®. A fórmula utilizada foi retirada do artigo-base de Nascimento *et al.* (2012), conforme segue:

$$GI = \frac{\text{Valor de Mercado da Empresa}}{\text{Patrimônio Líquido Contábil}}$$

A partir do cálculo do grau de intangibilidade, analisou-se a estatística descritiva do Valor de Mercado, Patrimônio Líquido e Ativo Intangível, assim como a evolução do Grau de Intangibilidade no decorrer do período.

Após a realização do cálculo do GI e da análise por meio da estatística descritiva, foi realizada a regressão de dados em painel com as variáveis do Quadro 1, considerando o período de 2007 a 2012. Para a escolha do modelo de painel adotado, entre efeitos fixos, aleatórios ou POLS, foram realizados os testes de Breusch-Pagan, Chow e de Hausman, com auxílio do *software* Stata 13.0.

Para ampliar a análise dos dados, foram realizadas diversas rodadas de regressão de dados em painel, alternando as variáveis relacionadas à adoção das IFRS (PREIFRS, INTIFRS e POSIFRS).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para responder à questão problema desta pesquisa, primeiramente foi necessário identificar o grau de intangibilidade (GI) das entidades que compõe a amostra. Para isso foi necessário identificar o Valor de Mercado destas entidades, o Patrimônio Líquido e o Valor dos Ativos Intangíveis registrados a partir da adoção das IFRS. A Tabela 1, painel A, B e C, respectivamente, demonstram as estatísticas acerca destas variáveis.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis que compõe o GI (em Mil R\$)

Painel A: Valor de Mercado							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	4.023	4.284	2.731	5.002	2.250	2.172	1.002
Máxima	110.356.254	105.930.221	96.984.165	154.410.754	159.666.024	187.553.882	264.301.506
Média	4.136.986	4.342.748	2.834.526	5.054.946	5.562.878	5.393.016	6.290.496
Desvio Padrão	13.685.457	10.855.143	8.786.546	14.755.240	16.439.272	16.815.610	20.859.722
Painel B: Patrimônio Líquido							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	5.968	5.044	1.302	6.613	58.712	38.819	5.489
Máxima	83.658.998	79.963.236	85.618.361	76.091.785	73.355.318	78.013.032	81.316.851
Média	2.983.103	2.777.504	3.401.165	3.971.172	4.835.438	5.316.921	5.467.939
Desvio Padrão	8.365.145	8.127.872	10.022.065	10.598.279	12.194.874	13.389.350	13.501.883
Painel C: Ativo Intangível							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	-	-	-	-	8	7	12
Máxima	-	-	-	-	12.667.244	15.197.910	14.012.623
Média	-	-	-	-	1.035.086	1.134.161	1.182.545
Desvio Padrão	-	-	-	-	2.052.520	2.283.568	2.269.800

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando analisada a estatística descritiva do Valor de Mercado, verifica-se que os desvios-padrão são muito altos em relação à média, o que demonstra que existe realmente divergência considerável desses valores entre as empresas pesquisadas. O mesmo ocorre para o Patrimônio Líquido e o Ativo Intangível.

A média do Valor de Mercado variou 44,8% entre o primeiro e o último ano da análise, enquanto o desvio padrão no mesmo período variou 92,2%. Tal fato demonstra que houve maior dispersão dos dados, já que o desvio padrão variou o dobro do que a média.

No painel do Patrimônio Líquido nota-se uma dispersão dos dados, mas em situação inversa, pois a média (96,8%) teve maior variação maior do que o desvio padrão (66,1%). Ou seja, ocorreu também uma dispersão elevada dos dados, porém, em valores absolutos, o desvio padrão se encontra mais próximo da média do que o observado no Valor de Mercado.

No Ativo Intangível, entre os três anos analisados, praticamente não houve alteração na dispersão dos dados, pois a média aumentou 14,2% e o desvio padrão 10,6% no mesmo período. Cabe salientar que o registro contábil do ativo intangível das organizações se deu no cenário nacional com a convergência as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*).

Alguns autores, como Pindyck e Rubinfeld (1994), Lev (2001); Kayo (2002); Perez e Famá (2006) e Nascimento et al. (2012), apontam que o ativo intangível das entidades pode ser utilizado por elas de forma estratégica, pois representam o valor que a empresa possui no mercado no qual está inserido, e o seu registro serve como consolidação do seu valor.

Finda a identificação e coleta das variáveis necessárias para a realização do estudo, realizou-se a tabulação dos dados e o cálculo do GI das entidades que compõe a amostra.

A Tabela 2 apresenta a análise descritiva da variável dependente (GI) e das variáveis independentes, excluindo-se o Patrimônio Líquido, já analisado na Tabela 1, e as variáveis *dummy* de período Anterior, Intermediário e Posterior à adoção das IFRS.

Tabela 2 - Grau de Intangibilidade de 2006 a 2012

Painel A: Grau de Intangibilidade (variável dependente)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	0,28	0,28	0,14	0,19	0,35	0,28	0,14
Máxima	15,35	181,48	250,66	85,34	8,59	7,46	57,13
Média	3	4,77	4,29	2,79	2,25	1,78	2,42
Mediana	2,44	2,31	0,96	1,75	1,69	1,36	1,49
Desvio Padrão	177,06	16,81	24,34	7,57	1,77	1,46	5,2
Painel B: Tamanho (variável independente) (em mil R\$)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	22	1	1	4	1	4	2
Máxima	296.356	357.750	638.727	708.548	802.819	966.823	1.136.007
Média	11.000	8.841	13.446	14.482	16.019	18.308	20.702
Mediana	1.200	1.192	1.451	1.511	2.005	2.393	2.464
Desvio Padrão	39.239	39.207	67.396	72.642	78.458	91.246	104.694
Painel C: ROA (variável independente)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	-134,1	-592,20	-176,3	-197,64	-627,6	-300	-1.150
Máxima	129,2	18,80	16,40	360,00	252,70	21,70	8,50
Média	12,36	-5,59	-4,62	-2,54	-50,21	-2,06	-7,19
Mediana	12,8	1,20	0,70	1,60	1,10	0,90	0,70
Desvio Padrão	22,6	54,69	7,4	2,43	581,21	23,21	75,16
Painel D: ROE (variável independente)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	-11,1	-237,6	-2761,4	-214,9	-241,4	-79,40	-1336,00
Máxima	37,1	77,5	59,1	114,6	28,80	31,40	24,00
Média	4,85	3,55	-11,49	4,25	2,84	1,74	-5,26
Mediana	3,4	3,45	2,35	3,65	3,50	2,60	2,70
Desvio Padrão	6,78	17,98	180,18	22,78	16,78	10,74	88,90
Painel E: Preço das Ações (variável independente) (em R\$)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máxima	3,56	74,19	94,99	138	88,32	107,86	278,56
Média	0,73	13,84	7,35	13,51	15,09	13,79	17,13
Mediana	0,30	9,83	4,32	9,23	10,97	8,32	10,08
Desvio Padrão	0,9	13,73	10,57	16,06	15,00	16,25	27,98

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 2, verifica-se que as variáveis de AT e Preço das Ações apresentaram aumento na Média entre 2006 e 2012 proporcional ao desvio padrão, o que demonstra que praticamente não houve variação significativa na dispersão dos dados nesses casos.

A variável de Grau de Intangibilidade sofreu uma diminuição em sua Média entre 2006 e 2012 de aproximadamente 24%. Porém, o desvio padrão diminuiu 97% no mesmo período, o que demonstra que a discrepância dos dados diminuiu nesse período.

Os indicadores ROA e ROE tiveram ambos uma diminuição da média, passando de valores positivos (12,36 e 4,85, respectivamente) em 2006, para valores negativos (-7,19 e -5,26, respectivamente) em 2012. Em contrapartida, seus desvios padrão aumentaram significativamente, atingindo em 2012 o equivalente a três vezes o ROA e 12 vezes o ROE de 2006, ou seja, a discrepância nesses indicadores aumentou muito no decorrer do período.

Na tabela 3 demonstra-se a estatística descritiva das variáveis de forma global dos

períodos analisados.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis em análise

Variável	Obs.	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
GI	904	2,23	2,01	0,14	19,24
AT	904	14,84	1,76	10,02	20,85
PL	904	13,79	1,59	8,5	18,3
ROA	904	1,74	5,13	-63,4	48,7
ROE	904	3,34	16,52	-214,9	129,2
PA	904	0,54	1,04	0	11,79
AI	904	4,66	5,94	0	17
PREIFRS	904	0,29	0,45	0	1
INTIFRS	904	0,30	0,46	0	1
POSIFRS	904	0,41	0,49	0	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a tabela 3 é possível identificar que a média do GI dos períodos analisados foi de 2,23 e com um desvio padrão de 2,01, o que demonstra uma grande dispersão da variável durante os períodos, além disso uma organização alcançou alto índice de GI, sendo ele de 19,24, enquanto o menor GI foi de 0,14. Outras variáveis como o ROE, PA, AI também demonstram-se com um desvio padrão superior à média. O fato do valor intangível apresentar alta oscilação, pode estar relacionado ao fato que o seu registro contábil se deu somente a partir de 2010.

Posterior à identificação das variáveis objeto de análise, realizou-se o teste de Correlação de Pearson, para analisar a existência de relações positivas ou negativas entre a variável dependente e as independentes. A Tabela 4 apresenta os resultados deste teste.

Tabela 4 - Teste de Correlação de Pearson

Variável	GI	AT	PL	ROA	ROE	PA	AI	PREIFRS	INTIFRS	POSIFRS
GI	1,00									
AT	-0,14	1,00								
PL	-0,16	0,94	1,00							
ROA	0,19	-0,05	0,03	1,00						
ROE	0,18	0,05	0,10	0,82	1,00					
PA	0,05	0,09	0,10	0,13	0,13	1,00				
AI	-0,07	0,32	,32	-0,09	-0,08	0,10	1,00			
PREIFRS	0,24	-0,17	-0,18	0,17	0,17	-0,09	-0,50	1,00		
INTIFRS	-0,13	-0,04	-0,04	0,06	-0,07	-0,00	-0,51	-0,42	1,00	
POSIFRS	-0,11	0,20	0,21	-0,10	-0,09	0,09	0,94	-0,53	-0,55	1,00

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Legenda: GI - Grau de Intangibilidade; AT - Total dos ativos; PL - Patrimônio Líquido; ROA - Retorno sobre o Ativo; ROE - Retorno sobre o Patrimônio; PA - Preço das Ações; AI - Ativo Intangível; PREIFRS - Período anterior ao IFRS (2007-2008); INTIFRS - Período intermediário à adoção do IFRS (2009-2010); POSIFRS - Período posterior à adoção do IFRS (2011-2012).

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir dos resultados encontrados por meio do teste de correlação apresentados na tabela 3, é possível observar que o GI possui uma correlação negativa com as variáveis AT, PL, INTIFRS e POSIFRS, enquanto com as variáveis ROA, ROE, PA, AI e PREIFRS possui uma relação positiva. A relação encontrada entre o GI e os índices ROA e ROE, o que demonstra que quanto maior o GI maior será os índices de rentabilidade no contexto das organizações analisadas. Esse resultado é convergente com os achados do estudo de Perez e Famá (2004), realizado nas empresas não financeiras com ações na NYSE e na NASDAQ entre 1997 e 2002, que aponta que empresas que possuem maior grau de intangibilidade possuem melhor desempenho empresarial.

Essa evidência demonstra que quanto maior o valor de mercado da empresa e,

consequentemente, maior o seu GI, maior retorno a empresa poderá apresentar sobre o Ativo e sobre o PL. Possivelmente, as próprias taxas elevadas de ROA e ROE podem elevar o valor de mercado da empresa, resultando em aumento no GI.

Foi observada também uma correlação positiva ao nível de 0,01 entre PA e AI, o que demonstra que estas variáveis possuem uma dependência, ou seja, o preço da ação da empresa é afetado pelo ativo intangível. Este achado pode ser sustentado por Pindick e Rubinfeld (1994) e Lev (2001), os quais apontam que o registro do ativo intangível pode gerar um efeito demanda nas entidades, uma vez que os acionistas passarão a conhecer de forma singular o valor da empresa, deixando de ser um valor subjetivo.

Esses resultados estão parcialmente alinhados com os de Nascimento et al. (2012), pois os resultados encontrados pelos autores apontam que em empresas de tecnologia de informação não há melhora nos índices de desempenho com a evolução do GI, enquanto no ramo de telecomunicações, os índices de desempenho tiveram uma melhora estatisticamente fraca. Assim, os resultados encontrados nesse estudo e de Nascimento et al (2012) fortalece os resultados de Connoly e Hirshey (1984), Bontis, Keow e Richardson (2000) e Zéghal e Maaloul (2010), os quais verificam que a influência do ativo intangível no desempenho das empresas é encontrada somente em determinados setores.

Outra relação identificada e pertinente neste estudo é a relação negativa entre a variável AI com os períodos pré e intermediário da adoção das IFRS, enquanto com a variável POSIFRS a variável AI está relacionada de forma positiva. Tal relação pode ser explicada pelo fato de que as organizações passaram a realizar o registro contábil somente após o processo de convergência, bem como, demonstra que com a maturidade do processo de convergência no cenário nacional, existe uma tendência do reconhecimento dos seus ativos intangíveis, e que pode levar a uma aproximação do valor de mercado com o valor contábil dessas instituições (LEV; ZAROWIN, 1999; HAMBERG; PAANAMENT; NOVAK, 2010, CASTRO; BENETTI, 2013)

Após a análise das correlações entre as variáveis foi aplicada a técnica de análise de regressão de dados em painel, em que o GI é a variável dependente e as demais variáveis independentes. Este modelo estatístico auxilia na compreensão da relação entre as variáveis independentes e o GI. Os resultados do teste de Breusch-Pagan, Chow e Hausman indicam que o modelo de efeitos fixos foi o que melhor se ajustou aos dados. Para corrigir possível problemas de heterocedasticidade, foi aplicada a correção de White. Na Tabela 4 apresenta-se o resultado do teste de regressão de dados em painel.

Tabela 4 – Regressão de dados em painel

Variáveis	Mod 1	Mod 2	Mod 3
AT	0,259	0,259	0,259
PL	-0,581	-0,581	-0,581
ROA	0,016	0,016	0,016
ROE	-0,003	-0,003	-0,003
PA	0,173**	0,173**	0,173**
AI	0,039***	0,039***	0,039***
PREIFRS	1,160*		1,046*
INTIFRS	0,114	-1,046*	
POSIFRS	Omitida	-1,160*	-0,114
R ² (<i>whitin</i>)	0,1975	0,1975	0,1975
Teste F	13,16*	13,16*	13,16*
N	904	904	904

Variável dependente: GI; AT - Total dos ativos; PL - Patrimônio Líquido; ROA - Retorno sobre o Ativo; ROE - Retorno sobre o Patrimônio; PA - Preço das Ações; AI - Ativo Intangível; PREIFRS - Período anterior ao IFRS (2007-2008); INTIFRS - Período intermediário à adoção do IFRS (2009-2010); POSIFRS - Período posterior à adoção do IFRS (2011-2012). * significativo a 1%. ** significativo a 5%. *** significativo a 10%.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir da Tabela 4 é possível apontar que o modelo proposto é significativo e demonstra que as variáveis independentes conseguem explicar cerca de 20% da variação na variável dependente (GI).

O primeiro ponto a ressaltar é que quando foi rodado o modelo geral (Mod 1), que incluiu todas as variáveis do Quadro 1, a variável POSIFRS foi excluída pelo próprio sistema, por conta de colinearidade com as variáveis PREIFRS e INTIFRS. Neste primeiro modelo, as variáveis preço da ação (PA), ativos intangíveis (AI) e a *dummy* que representa o período pré-adoção das IFRS (PREIFRS) mostraram-se positiva e significativamente relacionadas ao grau de intangibilidade (GI).

A relação positiva com o preço da ação já era esperada, pois quanto maior o preço dos títulos no mercado, maior o valor de mercado da empresa e, conseqüentemente, maior o GI. Já a relação positiva com a variável AI denota que empresas com ativos intangíveis reconhecidos no balanço podem estar sendo melhor avaliadas pelo mercado. É possível que empresas que tenham passado por processos de combinação de negócios com goodwill reconhecido estejam influenciados este resultado. Esse resultado é convergente com os estudos de Armstrong et al (2010) e Carlos Filho et al (2013).

Em relação às variáveis sobre a adoção das IFRS, esperava-se uma relação positiva e significativa para a variável POSIFRS, considerando que após a adoção das IFRS, com a melhoria da qualidade da informação contábil, haveria uma valorização das ações das companhias. No entanto, o modelo 1 apresenta apenas a variável PREIFRS com relação positiva e significativa. Este resultado pode ser explicado pelo fato de que a adoção das IFRS, com a conseqüente aplicação de valor justo para alguns ativos, pode ter elevado o valor contábil do PL de algumas empresas, diminuindo o GI. Já no período PREIFRS, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado do PL seria maior, o que justificaria o coeficiente positivo encontrado. Os achados colaboram com os resultados de Sahut, Boulerne e Teulon (2010) e Sayed e Salotti (2015).

Para confirmar tal suspeita, foram rodados os modelos 2 e 3. No modelo 2 foi suprimida a variável PREIFRS. Os resultados apontam então uma relação negativa e significativa para as variáveis INTIFRS e POSIFRS em relação ao GI, o que confirma que o valor do GI diminui nesses dois períodos em relação ao período PREIFRS.

No modelo 3 foi suprimida a variável INTIFRS, comparando-se então apenas os períodos PREIFRS e POSIFRS. Nesse modelo os resultados apontam uma relação positiva e significativa entre a variável PREIFRS e o GI, e negativa mas não significativa entre o POSIFRS e o GI, confirmando os resultados do modelo 1. Para as demais variáveis não houve modificação em relação aos resultados do modelo geral.

Os resultados desse estudo são convergentes com Connoly e Hirshey (1984), Bontis, Keow e Richardson (2000), Borkowski (2001), Chen, Cheng e Hwang (2005), Zéghal e Maaloul (2010), Armstrong et al (2010), Sahut, Boulerne e Teulon (2010), Nascimento et al.(2012), Carlos Filho et al (2013) e Sayed e Salotti (2015).

A partir dos achados desse estudo é possível aceitar a H_2 do estudo que anunciava que o processo de convergência está relacionado negativamente com o grau de intangibilidade das organizações. Uma vez, que se identificou por meio dos achados que o GI está relacionado negativamente com o GI, e que pode ser explicado pela maior aproximação entre o valor de mercado das organizações e do mercado, sugerindo assim, uma informação contábil mais próxima da realidade organizacional. Já a H_1 do estudo não pode ser aceita, pois identificou-se apenas uma relação positiva entre as variáveis PREIFRS e INTIFRS e o GI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em verificar o impacto do processo de convergência às IFRS no grau de intangibilidade de empresas listadas na BM&FBOVESPA.

A partir das análises realizadas pode-se apontar que o registro do ativo intangível nas demonstrações contábeis não produz impacto significativo sobre o grau de intangibilidade das entidades. No entanto, salienta-se que o fato desta variável ter valor apenas a partir de 2010 pode constituir um fator limitador a sua análise. Além disso, esse achado pode ser reflexo de uma maior aproximação entre o valor de mercado das organizações e o registro contábil.

A investigação demonstrou ainda que a variável ROA foi a que apresentou influência positiva sobre o GI. Conclui-se, então, que elevados indicadores de ROA são reconhecidos pelo mercado e refletidos nos preços das ações, resultando em maiores graus de intangibilidade, derivado da expectativa do mercado em relação ao potencial de lucros futuros da companhia.

Por outro lado, o inverso foi observado em relação ao ROE. De certo modo, este resultado pode ser explicado pela elevação do PL médio no período analisado muito superior à variação do valor de mercado e do ativo das empresas. No entanto, como este não era o foco principal deste estudo, tal resultado merece ser investigado com maior profundidade em novas pesquisas.

Por fim, destaca-se que a variável POSIFRS apresentou coeficiente negativo para o GI, embora não significativo, enquanto o PREIFRS apresentou-se positivo. Conclui-se, a partir disso, que há indícios de aproximação do valor do PL contábil em relação ao valor de mercado das empresas após a adoção das IFRS, o que pode indicar melhoria na qualidade da informação contábil, pois nesse caso, os números contábeis estariam refletindo mais adequadamente o valor de mercado da companhia.

Embora o ativo intangível não tenha apresentado influência sobre o GI, observou-se uma relação positiva significativa entre o ativo intangível e o preço das ações, relação esta que pode ser objeto de novas pesquisas. A análise futura da relação entre o ativo intangível e preço das ações poderá explicar o efeito indireto que o registro do intangível pode gerar sobre o grau de intangibilidade.

Ao findar essa pesquisa e devido ao amplo escopo do conceito de grau de intangibilidade sugere-se a realização de novas pesquisas que contemplem outras variáveis que não foram observadas nesse estudo e que a literatura trata como relacionada ao

REFERÊNCIAS

ABOODY, D.; LEV. B. The value relevance of intangibles: the case of software capitalization. **Journal of Accounting Research**, v. 36 (suplemente), p. 161-191, 1998.

ALVES, J. S.; MARTINEZ, A. L. Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das Sociedades de Grande Porte. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 7, n. 2, p. 224-243, 2014.

ARMSTRONG, C.S.; BARTH, M.E.; JAGOLINZER, A.D. Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. **Accounting Review**. v. 85, p. 31-61, 2010.

ANTUNES, M.T.P; GRECCO, M.C.P.; FORMIGONI, H.; NETO, O.R.M. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na

qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. v.10, n.20, jan., 2012.

ANTUNES, M.T.P.; MARTINS, E. Capital Intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. **Revista de Administração e Contabilidade Unisinos**, v. 04, n. 01, p. 05-21, 2007.

BARTH, M.E.; LANDSMAN, W.R.; LANG, M.H. 2008. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**. v. 46, p. 467-498, 2008.

BORKOWSKI, S. C. Transfer pricing of intangible property: Harmony and discord across five countries. **The International Journal of Accounting**, v. 36, n. 3, p. 349-374, 2001.

BONTIS, N.; KEOW, W. C. C.; RICHARDSON, S. Intellectual capital and business performance in Malaysian industries. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2000.

CANIBANO, L.; MORA, A. Evaluating the statistical significance of de facto accounting harmonization: a study of European global players. **European Accounting Review**. v. 9, n. 3, p. 349-369, 2010.

CARLOS FILHO, F. D. A.; SILVA FILHO, L. L. D.; LAGIOIA, U. C. T.; SILVA, I. É, M. D.; ARAÚJO, G. D. A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade ocasionou um maior reconhecimento dos ativos intangíveis no Brasil? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 12, n. 37, p. 51-63, 2013.

CASTRO, W.B.L.; BENETTI, C. The impact of intangible assets in the market value of companies that compose the index of Brazilian stock exchange. In: 8th Annual London Business Research Conference Imperial College, London. **Anais...** 2013.

CERQUEIRA, D. A. C.; REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; SILVA, J. M. O impacto do reconhecimento do custo atribuído e da divulgação de impairment de ativos tangíveis e intangíveis (IFRS) sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v, 11, n. 2, p. 5-23, 2013.

CHEN, M. C.; CHENG, S. J.; HWANG, Y. An empirical investigation of the relationship between intellectual capital and firms' market value and financial performance. **Journal of Intellectual Capital**, v. 6, n. 2, p. 159-176, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS. Pronunciamento Técnico Contábil 04: Ativos Intangíveis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20 de nov. 2012.

CONOLLY, R. A.; HIRSCHEY, M. R & D, Market structure and profits: a value-based approach. **The Review of Economics and Statistics**. v. 66, n. 4, p. 682-686, nov., 1984.

CORRAR, Luiz J. et al. (Coord). **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos intangíveis: estudo comparativo dos critérios de

reconhecimento, mensuração e evidenciação adotadas no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**. v. 12, n. 1, p. 50-68, 2009.

DASKE, H. Economic benefits of adopting IFRS or US-GAAP - Have the expected cost of equity capital really decreased? **Journal of Business Finance & Accounting**. v. 33, p. 329-373, 2006.

DASKE, H.; GEBHARDT, G. 2006. International Financial Reporting Standards and experts' perceptions of disclosure quality. **Abacus**. v. 42, p.461-498, 2006.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. **Journal of Accounting Research**. v. 46, p. 1085-1142, 2008.

FADUR, C.; RUSU, A. Financial reporting of intangible assets. Comparative study Romania-France concerning the application of IAS/IFRS. 7th International Conference Accounting and Management Information Systems. **Anais...** Bucharest, 2012.

FASB. Financial Accounting Statements Board. SFAS 142. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 22 out 2013.

FIETZ, E. E. Z.; SCARPIN, J. E.; Estudo do grau de intangibilidade por meio das demonstrações contábeis: uma análise das empresas S/A de capital aberto constantes do índice IBRX. In Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo/SP, 2008.

FREITAS, M.C.P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**. v.23, n.66, p. 125-145, 2009.

FUERTES, I. Towards Harmonization or Standardization in Governmental Accounting? The International Public Sector Accounting Standards Board Experience. **Journal of Comparative policy Analysis**. v.10 n. 4, 2008.

GONÇALVES, J. C.; RODRIGUES, A.; MACEDO, M. A. S. Poder explicativo de variáveis contábeis no preço das ações das companhias elétricas em ambiente de IFRS. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6. n. 1, p. 219-235, 2014.

HAMBERG, M.; PAANANEN, M.; NOVAK, J. The adoption of IFRS 3: The effects of managerial discretion and stock market reactions. **European Accounting Review**, v. 20, n. 2, p. 263-288, 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

KAM., V. **Accounting Theory**. California State University Harvard - Second Edition 1990.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível -**

intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. 2002. 110f. Tese (doutorado em Administração) Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2002.

LEMES, S.; SILVA, M. G. A experiência de empresas brasileiras na adoção da IFRS. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37-58, jul./ set. 2007.

LEV, B.; ZAROWIN, P. The Boundaries of Financial Reporting and How to Extend Them. **Journal of Accounting Research**. v. 37, n. 2, p.353-85, 1999.

LEV, B. **Intangibles:** management, measurement and reporting. Washington: Brookings, 2001.

LEVINE et al. **Estatística:** teoria e aplicações. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NASCIMENTO, E. M.; OLIVEIRA, M. C.; MARQUES, V. A.; CUNHA, J. V. A. C. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 1, p. 37-52, 2012.

NASCIMENTO JÚNIOR, E. R et. al. O *disclosure* dos ativos intangíveis nas empresas que compõem índice de sustentabilidade empresarial do Brasil. In XV Encuentro AECA. **Anais...** Ofir-Esoisende/Portugal, 2012.

NIYAMA, J.K. **Contabilidade Internacional**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NOGUEIRA JUNIOR, E. N.; JUCÁ, M. N., MACEDO, M. A. S, CORRAR, L. J. Início da Adoção das IFRS no Brasil: os impactos provocados na relação entre o lucro e o fluxo de caixa operacional. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 2, n. 1, p. 47-74, 2013.

PATROCÍNIO, M. R.; KAYO, E. K.; KIMURA, H. Aquisição de empresas, intangibilidade e criação de valor: um estudo de evento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 42, n. 2, 2007.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R.; Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. In 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade. **Anais...** Santos/SP, 2004.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, Santos, v. 2, n. 2, abr./jun. 2004.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 40, p. 7-24, jan/abr. 2006.

PINDYCK, R.S., RUBINFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REINSTEIN, A.; WEIRICH, R., T. US and UK GAAP: Important Differences for Financial

Statements Preparers and Users. **Managerial Finance**. v . 28 n.1, p. 59-72, 2002.

RODRIGUES, L. L., SCHMIDT, P., SANTOS, J. L. dos. The origins of modern accounting in Brazil: Influences leading to the adoption of IFRS. **Research in Accounting Regulation**. v. 24, n. 1, p. 15-24, abr. 2012.

SAHUT, J. M.; BOULERNE, S.; TEULON, F. Do IFRS provide better information about intangibles in Europe? **Review of Accounting and Finance**, v. 10, n. 3, p. 267-290, 2011.

SAYED, S.; SALOTTI, B. M. O uso do valor justo e suas relações com os valores de Mercado das instituições financeiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v, 25, n. 3, p. 15-37, 2015.

SRIRAM, R. S.; Relevance of intangible assets to evaluate financial health. *Journal of Intellectual Capital*, v. 09, n. 3, 2008.

STOLOWY H.; CAZAVAN, J. International accounting disharmony: the case intagibles. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 14, n. 4, p. 477-497, 2001.

SZUSTER, N.; CARDOSO, R.L.; SZUSTER, F.R.; SZUSTER, F.R.; SZUSTER, F.R. **Contabilidade Geral**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TAY, J. S. W; PARKER, R. H. Measuring International Harmonization and Standardization. **A Journal of Accounting, Finance and Business Studies**. v. 26, n. 1, p. 71-88, mar./1990.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WINES, G.; DAGWELL, R.; WINDSOR, C. Implications of the IFRS goodwill accounting treatment. **Managerial Auditing Journal**. v. 22, n. 9, p. 862-880, 2007.

ZÉGHAL, D.; MAALOUL, A. Analysing value added as an indicator of intellectual capital and its consequences on company performance. **Journal of Intellectual Capital**, v. 11, n. 1, p. 39-60, 2010.